PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ICED- UFOPA

Processo seletivo do PPGE-Ufopa 2017

Prova de conhecimentos em educação

Esta prova é parte do processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Ufopa. Está constituída por duas questões independentes, de igual valor. Você deve, com base nas instruções respondê-las separadamente. Em nenhuma hipótese, produza um único texto.

QUESTÃO 1

Antônio Joaquim Severino (2006), em seu texto artigo “Fundamentos ético-políticos da educação no brasil de hoje”, após cuidadosa retomada crítica da forma como se organizou e se ofereceu a educação brasileira do período colonial aos dias de hoje, sustenta que, “na atual situação histórico-social brasileira, só mesmo um sistema universalizado de ensino estará em condições de enfrentar o desafio da construção da cidadania”. Para o autor “a identidade específica da prática educativa (...) se encontra no tripé formado pelo domínio do saber teórico, pela apropriação da habilitação técnica e pela sensibilidade ao caráter político das relações sociais. Mas essas três dimensões só se consolidam se soldadas, se articuladas pela dimensão ética”. Para ele,

> O respeito e a sensibilidade ao eminente valor representado pela dignidade da pessoa humana (...) exigem o aguçamento da sensibilidade às condições históricas e concretas de nossa existência – afinal, suas únicas mediações reais. Esse aguçamento exige, por sua vez, o pleno compromisso de aplicação do uso da única ferramenta para a orientação da existência humana: o conhecimento, que precisa tornar-se competente, criativo e crítico. A mais radical exigência ética que se faz manifesta, neste quadrante de nossa história, para todos os sujeitos envolvidos na e pela educação é, sem nenhuma dúvida, o compromisso de aplicação do conhecimento na construção da cidadania”.

Nos demais textos que compõem a coletânea de referência de estudo para esse processo seletivo, encontram-se considerações importantes nessa mesma direção.

Pedro Gorgoen (2005), ao tratar da dimensão moral da educação, sustenta que “a preocupação ética tornou-se universal e está presente em todos os âmbitos da vida humana”. Para esse autor, “compete à educação moral (...) o empenho de transformar esta sociedade numa sociedade mais digna e justa para todos”.

Gaudêncio Frigotto (2006), ao examinar as condições de realização de uma educação com base no interesse dos trabalhadores, adverte que, para pensar um modelo de formação para a emancipação humana, há que se considerarem “as dificuldades objetivas e subjetivas da afirmação da concepção e da prática da educação escolar omnilateral e politécnica, assim como as de processos massivos de qualificação científico-técnica do trabalhador que superem a lógica do adestramento”.

Demerval Saviani (2003), examinando as relações entre subjetividade e objetividade no processo formativo, registra que o interesse do aluno, “como indivíduo concreto, por sintetizar as relações sociais que caracterizam a sociedade em que vive, coincide com a apropriação das objetivações humanas, isto é, o conjunto dos instrumentos materiais e culturais produzidos pela humanidade e incorporados à forma social de que a criança participa”. E conclui: “o currículo escolar deve dispor, de forma a viabilizar a sua assimilação pelos alunos, o conjunto de objetivações humanas”.

Suely Amaral (2007), tratando da especificidade da educação infantil, considera que “o enriquecimento da experiência de vida social (...) constitui a base necessária e eficiente para as relações morais mais complexas que acontecem posteriormente. Olhar a infância, do ponto de vista da formação por etapas da consciência e da personalidade humana madura, olhar o processo de humanização como processo de educação e olhar a escola da infância como o espaço do encontro de muitas crianças – de mesma e de diferentes idades –, e como o lugar da organização intencional por parte dos professores e professoras para a apropriação máxima, por cada criança, das máximas qualidades humanas formadas histórica e socialmente, nos comprometem com (...) um projeto pedagógico que amplie e enriqueça esse desenvolvimento”.

Acácia Kuenzer e colaboradores (2003), ao examinarem as relações entre trabalho e conhecimento considerando as transformações na base produtiva, concluem que “as novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a necessidade de ampliação crescente das oportunidades de acesso ao conhecimento com qualidade como condição necessária à inserção e à permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho”. (...) Para estes autores, tal “aprendizado não se dá espontaneamente pelo contato com a realidade, mas demanda o domínio das categorias teóricas e metodológicas pelo aprendizado do trabalho intelectual”, sendo função da escola “ensinar a conhecer, enquanto capacidade de agir teoricamente e pensar praticamente”.

Angelo Abrantes e Lígia Martins (2207), tratando dos modos de produção e aquisição do conhecimento e a relação sujeito-objeto, analisando-a à luz da teoria materialista histórico-dialética do conhecimento, ressaltam que “a interação prática do sujeito com o objeto apenas fundamenta a produção do conhecimento científico pela mediação teórica”, o que reforça a importância do ensino escolar e da apropriação dos saberes historicamente sistematizados”.

Com base na problematização acima apresentada e nos argumentos que oferecem os autores dos textos indicados como referência deste processo seletivo, redija um **ensaio*** em até três laudas em que você **reflita e se posicione sobre uma política de educação pública, leiga e universal, em que estejam presentes as três dimensões referidas por Severino – ‘saber teórico’, ‘apropriação da habilitação técnica’ e ‘sensibilidade ao caráter político das relações sociais’ –, devidamente articuladas pela dimensão ética**.

Atenção: não copie ou reproduza os fragmentos oferecidos na questão; se fizer alguma citação, ponha aspas e faça a indicação devida.

* **ENSAIO**: texto dissertativo-argumentativo de cunho especulativo em que o autor expõe um ponto de vista (tese) sobre determinado tema, apresentando argumentos suficientes para sua sustentação.

QUESTÃO 2

Você certamente está acompanhando os debates em torno da proposta de reforma do Ensino Médio, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional na forma de medida provisória. A proposta prevê, entre outros aspectos, a "flexibilização" do currículo do Ensino Médio, de modo que as disciplinas se organizem por áreas de conhecimento, com todos os alunos frequentando um ano e meio de aulas comuns e, após esse período, optando por áreas específicas de estudo ou iniciando percurso de ensino técnico profissionalizante. Atualmente, conforme as diretrizes do ensino médio aprovadas pelo Conselho Nacional da Educação em maio de 2011 e estabelecidas na Resolução nº 2 publicada em janeiro deste ano, os componentes curriculares devem ser organizados em quatro blocos, garantindo a permanência das 13 disciplinas: *Linguagens*, reunindo as disciplinas de línguas portuguesa, materna para populações indígenas e estrangeira moderna; arte – em suas diferentes linguagens (ciências, plásticas e musical) e educação física; *Matemática*; *Ciências da natureza*, que reúne biologia, física e química; e *Ciências Humanas*, que, abrange as disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia.

A seguir, transcrevem-se os argumentos de Maria Helena Guimarães de Castro – secretária executiva do MEC – em defesa da proposta do governo e a contraposição de estudiosos de Educação de diferentes universidades brasileiras.

Com base na leitura destes textos e em outras informações de que disponha, produza um **artigo de opinião*,** como se fosse para ser publicado em veículo de comunicação impressa ou eletrônica de nossa região, em que você apresente sua percepção e posicionamento diante desta questão.

Atenção: não copie ou reproduza os textos oferecidos na questão; se fizer alguma citação, ponha aspas e faça a indicação devida.

*** ARTIGO DE OPINIÃO**: texto dissertativo-argumentativo com que o autor intervém em tema de interesse público, expondo um ponto de vista e apresentando argumento consistente, quase sempre incluindo na análise o contraditório e assumindo tom polemista. Em função de seu espaço de circulação – mídia impressa e eletrônica –, costuma ter entre duas a três laudas.

Maria Helena Guimarães de Castro – secretária executiva do MEC – em entrevista à revista Época.

ÉPOCA – O ensino médio brasileiro precisa ser reformulado?
Maria Helena Guimarães de Castro – Defendo a completa reformulação do ensino médio brasileiro. Todas as pesquisas mostram que há um tédio generalizado entre os alunos dessa etapa. Acham o currículo chato, cansativo e desmotivador. Isso acontece independentemente de a escola ser pública ou privada, pior ou melhor, cara ou barata. Hoje, os alunos têm outros objetivos do ponto de vista das linguagens. Eles se interessam, por exemplo, por uma produção artística de rua, que incentiva o protagonismo juvenil. Como aproveitar esse interesse em algo que possa ser escrito pelos alunos, em uma autoria coletiva, sem seguir obrigatoriamente um ritual tradicional de produção de texto? Os jovens estão conectados a outra cultura. Vi-

vem usando redes sociais e smartphones. As tecnologias foram tão aceleradas e a dinâmica da mudança foi tão intensa que não tem como um jovem se identificar com o modelo de ensino médio atual. Ele não atende às aspirações dos estudantes.

Nosso modelo, que aplica um ensino igual para todos os alunos, é único no mundo. Em países como França, Inglaterra, Alemanha, Finlândia, Cingapura e Austrália, o currículo do ensino médio se diversifica e se flexibiliza quando alunos atingem os 15 anos de idade. Nos Estados Unidos, a parte obrigatória do currículo, comum a todos, representa menos da metade da carga horária. A outra metade é composta de cursos eletivos, organizados pelos alunos de acordo com suas preferências e interesses.

ÉPOCA – Quais as principais mudanças que propõe?

Maria Helena – Uma delas é a flexibilização do ensino médio a partir da segunda metade do 2º ano. Atualmente, o aluno que quer um diploma de curso técnico precisa cursar três anos de ensino médio regular e mais, em média, dois anos de técnico. É possível, também, fazer isso de forma concomitante: o ensino regular em um período e o curso técnico em outro. A sugestão é mudar esse modelo. Para se formar no ensino técnico, o estudante deverá cursar o currículo regular, comum a todos, por um ano e meio. Essa etapa deverá abordar o essencial. A partir daí, poderá optar por um curso técnico, com um ano e meio ou dois anos de duração. Ou seja, em cerca de três anos, terá dois diplomas.

A partir da segunda metade do ensino médio, o estudante poderá escolher itinerários formativos diversificados. Depois de cursar um ano, um ano e meio, aquilo que é comum a todos, poderá se aprofundar na área que escolher: exatas, ciências sociais ou ciências da saúde, por exemplo. Se optar por ciências sociais, provavelmente terá carga horária maior de história, filosofia, sociologia, atualidades. A ideia é que língua portuguesa e matemática continuem sendo ensinadas de forma aprofundada até o final do ensino médio, independentemente da escolha do aluno.

Os docentes recebem formação inicial muito frágil, incapaz de promover uma educação diferente, mais inovadora e criativa. A escola precisa incentivar a tolerância, o pluralismo de ideias, a convivência com as diferenças. Nossos professores não estão preparados para trabalhar com essa realidade. É claro que o problema não está no professor, mas nas instituições que os formam. Falta aos professores a possibilidade de uma residência pedagógica, um estágio supervisionado. O professor precisará sempre de formação continuada. Não tem como imaginar que um educador, por melhor que seja sua faculdade formadora, possa dispensar a formação continuada para aprimorar seu trabalho. A formação de professores é nosso maior desafio.

(Época: http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/maria-helena-guimaraes-ha-um-tedio-generalizado-entre-os-alunos-do-ensino-medio.html). Texto editado.

Contraposição de especialistas em educação

1. Helena Nader (presidente da SBPC): Ainda que o conhecimento seja integrado, o estudo tem de ser dado de forma desintegrada, porque em algum momento haverá necessidade de ter todas as bases para formar o conhecimento integral. O ideal seria desenvolver temas que interajam com todas as áreas do conhecimento, de tal forma que o estudante entenda a relação dos temas com cada disciplina: se o tema for água, o estudante pode estudar a ligação da química com a água, estudar as relações da água com a física, com a matemática, com a geografia, com história e a sociologia.
2. Isaac Roitman (UnB): É prioridade identificar os objetivos da educação básica no geral, tanto do ensino médio como do fundamental e traçar os passos que os estudantes devem dar após a conclusão de cada grau de escolaridade. Hoje, o indivíduo que conclui o ensino médio não está habilitado a nada. É apenas um generalista não preparado para o mercado de trabalho. E o processo pedagógico precisa de mudanças: o

conhecimento caminha numa velocidade rápida e a pedagogia, desde o ensino infantil, precisa desafiar os alunos a pensar, a refletir, a contestar, a criar, a transgredir.

(http://www.abe1924.org.br/56-home/256-especialistas-pedem-cautela-na-reforma-curricular-do-ensino-medio)

3. Dante Henrique Moura (IFRN): A flexibilização está relacionada ao objetivo de baratear o ensino público, comprometendo a educação das classes mais empobrecidas do país. A direção que o governo Temer está seguindo, não apenas na Educação, é um ataque aos direitos sociais e de subordinação aos interesses do mercado. Não é à toa que no documento *Ponte para o Futuro* (que futuro?) está explícito que 'é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação...'. Além disso, e de forma coerente com essa racionalidade, os discursos e ações do atual governo colocam a questão da desvinculação como medidas centrais, juntamente com a reforma da previdência que visa eliminar direitos da classe trabalhadora.
4. Gaudêncio Frigotto (UERJ): Existe um fetichismo tecnológico e, por mais que o professor tenha que se atualizar, as escolas precisam oferecer recursos e condições para o professor exercer seu trabalho com qualidade. Esses reformistas usam o argumento do aluno digital para seduzir e falsear a questão por trás disso na reforma do EM. Se o professor tiver, como o PNE diz, 20h em sala de aula no máximo e 20h para se preparar, ele vai fazer aulas boas.
5. Paulo Carano (1º Secretário da ANPEd): é importante lembrar do interesse dos jovens em participar da reformulação do Ensino Médio, de modo que as aprendizagens façam sentido em suas vidas. (...) O Ensino Médio precisa de uma profunda transformação, mas em diálogo com as experiências e expectativas de estudantes e professores que produzem os cotidianos das escolas.
6. Maria Margarida Machado (UFG): No Plano Nacional de Educação ficou estabelecido que, até o final da década, 10% do PIB deve ser destinado à Educação. Temos a clareza de que a melhoria da educação pública brasileira está nas mãos de decisões políticas, não é um problema de fontes de recursos. O que passa nesse PL é que as intenções privatistas que o circundam deixam bem claro que o favorecimento das medidas propostas não é para o fortalecimento de uma educação pública de qualidade, mas para seguir sucateando essas escolas e favorecendo, com subsídios públicos a ampliação da matrícula do Ensino Médio no setor privado.

   (Portal da ANPED - http://www.anped.org.br/news/com-iminencia-de-implementacao-de-reforma-curricular-no-ensino-medio-pesquisadores-apontam)

   OBS. Todos os textos foram editados, respeitando-se o argumento dos autores.